

## TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS EM ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: UM ENSAIO SOBRE ABORDAGENS E DESDOBRAMENTOS METODOLÓGICOS

Recebido em: 22/09/2023

Aprovado em: 04/12/2023

Licença: 

*Marcelo Rampazzo<sup>1</sup>*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

<https://orcid.org/0009-0007-7940-6677>

*Mauro Myskiw<sup>2</sup>*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre – RS – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-4689-3804>

**RESUMO:** No contexto de preocupações sobre a densidade da produção de conhecimentos, o presente ensaio teve como objetivo sistematizar uma reflexão sobre abordagens teórico-conceituais para investigar dimensões institucionais colocadas em ação em análises de continuidades/mudanças das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs). Sem a pretensão de realizar um estudo de revisão, mas inspirados em movimentos analítico-reflexivos do novo institucionalismo, selecionamos, estudamos e produzimos sistematizações baseadas em 29 pesquisas desenvolvidas no Brasil. Com base nisso apontamos e delimitamos 4 abordagens teórico-metodológicas emergentes, entendidas como movimentos de adensamento do campo e possibilidades investigativas das dimensões institucionais. Apontamos essas abordagens como caminhos de aprofundamento investigativos que fazem sentido no campo das PPELs no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Esporte. Lazer. Abordagem. Dimensão institucional.

**INSTITUTIONAL TRAJECTORIES IN PUBLIC SPORT AND LEISURE POLICY STUDIES: AN ESSAY ON APPROACHES AND METHODOLOGICAL DEVELOPMENTS**

<sup>1</sup> Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH). Líder do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**ABSTRACT:** In the context of concerns about the density of knowledge production, this essay aimed to systematize a reflection on theoretical-conceptual approaches to investigate institutional dimensions put into action in analyzes of continuities/changes in Public Sports and Leisure Policies (PPELs). Without the intention of carrying out a review study, but inspired by analytical-reflective movements of the new institutionalism, we selected, studied and produced systematizations based on 29 research studies carried out in Brazil. Based on this, we point out and delimit 4 emerging theoretical-methodological approaches, understood as movements to densify the field and investigative possibilities of institutional dimensions. We point to these approaches as paths for further investigation that make sense in the field of PPELs in Brazil.

**KEYWORDS:** Public policy. Sport. Leisure. Approach. Institutional dimension.

## Introdução

O presente trabalho faz parte de estudos e debates realizados no âmbito do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa sobre Políticas Públicas. Além disso, tem como ponto de partida um estudo que procura compreender, a partir de uma abordagem centrada em trajetórias institucionais, os lugares do estado do Rio Grande do Sul, como ente federado, na produção de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPELs). Trata-se de uma temática já investigada de diferentes maneiras por outros trabalhos (MARTINS, 2004; RIETH, 2005; TOLEDO, 2014; MAOSKI, 2016; KHALIFA, 2019; DALMAS, 2022; ELICKER, 2023). Ao estudarmos eles, percebemos diferentes abordagens a respeito do estudo da dimensão institucional como forma de compreender as PPELs, o que nos levou a desenvolver esta reflexão sobre esta temática.

Implicados por preocupações que já se fazem presentes há mais de duas décadas no campo de estudos das PPELs, no Brasil, em que pese a demanda/necessidade de cuidado e densidade teórico-conceitual e metodológico (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999; HÚNGARO *et al.*, 2009; STAREPRAVO, NUNES, MARCHI JÚNIOR, 2009; STAREPRAVO, 2011; MALINA *et al.*, 2015; FORELL; MAYBORODA, 2017;

ATHAYDE *et al.*, 2020), passamos a nos provocar sobre as abordagens de trajetórias institucionais nos trabalhos que se referem às mudanças ou continuidades das PPELs em diferentes governos ou períodos. Nos trabalhos de Mendes (2013, 2017), a autora sinaliza essa preocupação especificamente a respeito de estudos das instituições políticas de esporte, pontuando também a relevância de um cuidado teórico-conceitual e metodológico nesse debate acadêmico.

É nesse contexto que desenvolvemos o presente ensaio, que tem como objetivo sistematizar uma reflexão sobre abordagens teórico-conceituais possíveis para investigar trajetórias institucionais colocadas em ação em análises de continuidades/mudanças das PPELs. Partimos da compreensão de que a produção das PPELs passa por sua institucionalização, sobretudo em aparatos de Estado, mas não limitado a ele. Mas como estudar essas trajetórias institucionais, suas mudanças/continuidades e suas implicações para as PPELs? Como isso tem sido produzido nesse campo de estudos, no Brasil? Para desdobrar essas interrogações, passamos a estudar um conjunto de trabalhos, principalmente dissertações e teses desenvolvidas sobre as PPELs, com o propósito de identificar e refletir acerca de abordagens emergentes no Brasil, para se estudar as trajetórias institucionais, as que têm servido de referência analítico-interpretativas nas investigações.

Tal proposta de reflexão nos coloca no campo de debates denominado de novo institucionalismo, definido por March e Olsen (2008) como perspectivas de estudo das instituições políticas, estas concebidas como construções sociais, que têm mobilizado um conjunto heterogêneo de ideias, de campos teóricos e disciplinares sobre as relações entre as características institucionais, a agência política, estabilidade e mudança. Partindo de questões a respeito do peso que se atribui aos conflitos e disputas de poder, rupturas e continuidades, aos lugares das instituições em relação aos comportamentos e

interesses individuais ou coletivos, e o estudo de processos de formação e transformação que, no campo da Ciência Política, se tem observado na literatura especializada (HALL; TAYLOR, 2003; THÉRET, 2003; MARCH; OLSEN, 2008) três abordagens do novo institucionalismo: o histórico (enfoques nos conflitos políticos, nas desigualdades e dependências de trajetórias), o da escolha racional (enfoque nos cálculos estratégicos e nos interesses individuais frente às oportunidades) e o sociológico (enfoque em sistemas simbólicos, culturais, na ação social e implicações cognitivas coletivas).

Não vamos aprofundar esse debate aqui, pela sua extensão, heterogeneidade e complexidade, especialmente quando se trata das articulações entre as referidas abordagens. Mas ele nos inspirou a olhar para como trabalhos que analisaram trajetórias institucionais (na compreensão de mudanças/continuidades das PPELs no Brasil), abordando a dimensão institucional. Sem a pretensão de realizar um estudo de revisão, operando numa perspectiva ensaística, estivemos trabalhando com 29 trabalhos, tendo como critério de escolha aqueles que tiveram objetivos próximos do nosso, isto é, compreender lugares de esferas de governos na constituição de PPELs, especialmente aqueles que trataram de trajetórias durante distintos períodos de governos e/ou períodos de gestão. Assim o fizemos considerando as proposições de Wolf (2003), para quem, em um panorama amplo, os trabalhos que analisam a política, contribuem a perceber o mundo em diferentes escalas: locais, regionais, nacionais, transnacionais e mundiais.

E, em relação a esses trabalhos, numa perspectiva analítico-reflexiva e ensaísta, apontamos 4 abordagens emergentes, no sentido de que desenvolvemos interpretações e categorizações marcadas pelas nossas trajetórias e escolhas, mas ao mesmo tempo apontando e entendendo que elas comunicam um momento da produção de conhecimentos a respeito da dimensão institucional. As descrições e reflexões das

abordagens (conjuntural crítica das respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; etnográfica em perspectiva antropológica) estão colocadas a seguir, porém nos cabe sublinhar que elas não foram produzidas para avaliar a densidade dos estudos, tampouco para afirmar que uma é mais adequada do que a outra.

### **Abordagem Conjuntural Crítica de Respostas às Questões Sociais**

Ao sistematizarmos nossas reflexões, optamos por iniciar com a apresentação de uma abordagem conjuntural e crítica da realidade social e das respostas contemporâneas das questões sociais, porque nela localizamos o trabalho de Eduardo Dias Manhães (1986), considerado pioneiro em termos de análise da Política Pública de Esporte no Brasil a partir de uma noção de hegemonia. Além deste estudo que resulta de uma dissertação, no quadro 1, mobilizamos informações de outra dissertação e 6 teses defendidas em diversos Programas de Pós-Graduação (Educação Física/Ciências do Movimento Humano, Educação, Política Social, Sociologia, Serviço Social), o que já nos indica que, mesmo em diferentes tradições disciplinares que configuram cursos de Pós-Graduação, a abordagem está presente.

Além disso, quando olhamos para os objetivos, notamos ao menos dois rumos de questões se tornaram significativas: uma que procura compreender, nessa perspectiva teórico-metodológica, determinantes da produção de prioridades, da obtenção de manutenção de consenso e da proeminência de interesses de grupos sobre outros, fazendo isso de modo crítico às respostas produzidas em aparatos de Estado; e a outra que enfoca relações entre esfera esportiva (sociedade civil) e Estado, a institucionalização e a organização da cultura esportiva na aparelhagem estatal, a condições necessárias para a existência de PPELs atrelada ao direito social.

**Quadro 1:** Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem conjuntural crítica das respostas às questões sociais em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional
<p>Eduardo Dias Manhães (1986)                      Livro resultado de dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Compreender a produção de prioridades das Políticas Públicas de Esporte no Brasil, desde o período do Estado Novo até o período da Ditadura Militar, suas relações com as conjunturas políticas e esportivas, históricas e concretas, em particular traços diferenciadores do aparelho de Estado.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O autor abordou a trajetória institucional acerca das prioridades tendo em vista a noção de discursos ou representações hegemônicas, estes relacionados com blocos históricos dominantes e a atuação de seus intelectuais não apenas aqueles da comunidade política, tendo como base empírica documentos oficiais e entrevistas com/de atores protagonistas. Ainda que o autor tenha dialogado com conceitos da obra de Foucault, entendemos que sua pesquisa e suas análises atravessadas de modo mais orgânico pelo campo do materialismo histórico, especialmente a noção de hegemonia gramsciniana. Analisando as Políticas de Esporte, o pesquisador apontou 3 discursos hegemônicos em torno dos quais os exercícios de consensos eram muito robustos (o da disciplina orientado para a organização das entidades; o nacionalista na perspectiva de tutela estatal das entidades; e o da moral e cívica em face de um projeto de educação da população, sobretudo dos jovens). Na perspectiva desse autor, esses discursos continuaram produzindo efeitos por mais algumas décadas.</p>
<p>Luiz Fernando Camargo Veronez (2005)                      Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Investigou as mudanças nas relações que se estabelecem, em uma mesma totalidade, entre a esfera esportiva (sociedade) e o Estado, após a constitucionalização do esporte (de 1988 até 2002).</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Aborda as trajetórias a partir da noção de totalidade da realidade social, como resultado de uma conjuntura de diferentes interesses e embates no âmbito do conjunto de propostas para responder às crises de acumulação de capital e a implementação do neoliberalismo no Brasil e suas singularidades. O autor, trabalhando numa análise conjuntural da instituição da política pública e numa perspectiva de classe, desenvolve suas análises para mostrar as frações dominantes que constituíam (ou melhor, na tese, produziam novas formas de continuar os) blocos no poder e seus trabalhos pedagógicos, administrativos e financeiros-orçamentários para estabelecer a hegemonia como forma de conciliar e controlar interesses numa conjuntura de liberalização, globalização e de adesões a agências econômicas internacionais, contraditoriamente aos discursos de políticas sociais e educacionais.</p>
<p>Marcelo Paula de Melo (2011)                      Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Analisou o papel dos esportes implicados em formas de obtenção e de manutenção do consenso na em diferentes modos de dominação burguesa ao longo do século XX, mas quando se aproxima do século XXI, coloca mais foco nas movimentações de Organismos Internacionais e a atuação político-pedagógica no apassivamento das lutas populares, num contexto de agudização das contradições decorrentes da lógica de acumulação capitalista.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> As trajetórias institucionais em que pesem as relações dos esportes e dominação burguesa foram abordadas à luz do referencial marxista, inicialmente com um trabalho dedicado a localizar o esporte como forja de uma pedagogia de consenso de classes burguesas que incidem na construção de hegemonias nas intervenções do Estado e dos organismos privados, ao longo de boa parte do século XX. Na sequência, na mesma perspectiva, coloca em análise novas dinâmicas da dominação burguesa como projeto de terceira via no conjunto das políticas sociais, mobilizando, neste momento, a presença e</p>

	<p>participação dos Organismos Internacionais, em especial do Sistema das Nações Unidas (ONU), e suas aproximações com as agendas governamentais no final do século XX e início do século XXI, tendo como resultado os horizontes para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Traz para as análises não apenas as questões esportivas, mas um emaranhado de informações conjunturais de dimensões políticas, econômicas, sociais e esportivas, considerando realidades, projetos e blocos históricos brasileiros e internacionais.</p>
<p>Carlos Eduardo de Souza (2011)                  Dissertação de Mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UJF)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Analisou o movimento de institucionalização da cultura esportiva na aparelhagem estatal brasileira durante o século XX e início do século XXI, tendo em vista a compreensão do papel do Ministério do Esporte e de suas políticas na educação das classes, na disputa/correlação de poder/forças e nas relações de hegemonia que atuam na formação social brasileira nos anos iniciais do século XXI.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O autor trabalhou na perspectiva do materialismo histórico, levando em consideração as relações sociais capitalistas e as formas de organização do Estado (ampliado e capitalista) brasileiro, este entendido como uma questão de classe e frações de classes, suas lutas e contradições. Pelas análises realizadas apontou uma trajetória de institucionalização do esporte na aparelhagem estatal, que esteve ligada com o desenvolvimento da política econômica vigente em diferentes momentos históricos, mas a economia entendida como questão cultural atravessada pela constituição de blocos históricos e de poder, por trabalhos incessantes de consenso e hegemonia das classes ou frações de classes dominantes. Analisa aspectos desses blocos em diferentes momentos (estado novo, populista, regime militar, reabertura democrática), como também em termos de ações do próprio Ministério do Esporte (conferências nacionais, programas e projetos, grandes eventos) para tratar das relações sociais objetivadas na presença e renovação de forças historicamente dominantes e seus padrões de acumulação de riquezas, que transparecem na atuação dos Organismos Internacionais e nas Políticas Públicas de Esporte brasileiras.</p>
<p>Pedro Fernando Avalone Athayde (2014)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UNB)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Identificou e analisou determinantes econômicos, sociais e políticos que delineararam e configuraram as prioridades da política brasileira de esporte no período 2003-2010, localizando e interpretando ações e interesses de grupos juntos à estrutura estatal.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O atendimento desse objetivo teve como questão analítico-interpretativa a compreensão crítica dos interesses de grupos e frações de classes junto à estrutura estatal, tendo em vista o debate sobre a garantia do acesso ao esporte como uma necessidade intermediária capaz de cooperar na consecução dos direitos de cidadania. A abordagem teórico-metodológica do estudo foi fundamentada no materialismo histórico, atento às descrições e análises de múltiplas determinações da realidade (unidade do diverso) e a importância de desvelar a essência intrincada na aparência fenomênica. Num primeiro momento, o trabalho mostra a indissociabilidade entre o desenvolvimento do capitalismo, as políticas econômicas, sociais e políticas, no Brasil, desde a década de 1930, passando, depois, a analisar os determinantes econômicos e políticos, os atores e as temáticas de interesse que permearam as políticas esportivas no primeiro e segundo ‘Governos Lula’ e seu projeto alcunhado de neodesenvolvimentista.</p>
<p>Cássia Damiani (2021)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Procurou compreender a Política Nacional de Esporte brasileira entre 2003 e 2015, investigando - no decorrer de 3 Planos Plurianuais (2004-2007, 2008-2011, 2012-2015) - seu processo de desenvolvimento em que pesem condições necessárias para uma Política de Estado orientada o direito social, analisando ações finalísticas, transversais e de grandes eventos.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> A autora passa pela história brasileira de Políticas Públicas de Esporte, contextualizando a translação de uma política secundária para sua incorporação em programas</p>

(UFRGS)	estratégicos, sinalizada como prioridade nos PPAs e pela própria criação do Ministério do Esporte. Parte de uma noção de Estado desenvolvida na relação com autores marxistas, olha para as condições históricas e objetivas, para as contradições e determinações que mobilizam e marcam as desigualdades, mas também as lutas de classes e disputas permanentes (mobilizando forças internacionais e nacionais, esportivas, econômicas, sociais e políticas) em consensos ativos, em manutenção de hegemonias, concluindo que se experimentou, na realidade brasileira, entre 2003 e 2015, um esforço na constituição do Esporte como Política de Estado. Para chegar a essa conclusão, a autora constrói e descreve categorias de condições necessárias para uma política orientada à garantia de direitos sociais, desenvolvendo, a partir delas, análises sobre políticas finalísticas, transversais e grandes eventos do Ministério do Esporte, entre 2004 e 2015.
Leandro Casarin Dalmas (2022) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UNB)	<b>Objetivo/Período:</b> Analisa políticas públicas de esporte e Lazer do Distrito Federal no período de 2009 a 2019, correspondendo a três gestões governamentais, tendo como questão transversal a relação com o campo das Políticas Sociais. <b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O trabalho toma a própria democracia como instituição no sentido sociológico. E, em termos de operação teórico-metodológica, mobiliza a compreensão da ação do Estado como instituição que se configura como um quadro ou uma conformação que possibilita que grupos sociais específicos (entre eles os esportivos e de lazer), de acordo com as correlações de poder, possam impor, no sentido da coerção, mas também de pedagogias de hegemonia, suas questões como as ‘da sociedade’, porém, sem perder de vista determinantes econômicos, sociais, culturais e históricos. Para esse tipo de análise da instituição política como conformação, lança mão de uma grande quantidade de informações da realidade, a partir de alguns eixos e suas múltiplas relações (os direitos sociais e benefícios; o financiamento os gastos públicos; a gestão e o controle social). Por vezes, ao longo do trabalho, nos processos argumentativos, transparece o uso da noção de instituições associada a formas de organização (públicas, privadas, esportivas, etc.), mas isso não representa o modelo analítico-interpretativo.
Eliane Elicker (2023) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade de Brasília (UNB)	<b>Objetivo/Período:</b> No contexto das questões, problemas e defesa das florestas como questão de cidadania (‘florestania’), teve o objetivo de analisar como se organizaram e se desenvolveram as políticas públicas de esporte do Estado do Acre, no período de 1999 a 2018 (5 períodos de gestão). <b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Toma como referência metodológica as mesmas categorias constantes no trabalho de Dalmas (2022), colocando mais em evidência fundamentos de base marcadamente marxista, em especial as noções de sociedades política e civil, coerção, consenso, dispositivos e hegemonia. Essas noções articuladas com as oriundas do campo das Políticas Sociais, se tornam importantes para compreendermos uma perspectiva de instituição no estudo das PPEs, na medida em que nos mostra as ações de diversos grupos e de frações de grupos político-esportivos e seus modos de governar, o que se relaciona com as flutuações, fragmentações e sincretismos nas/das políticas.

Fonte: Elaborado pelos autores

Quando olhamos para o quadro 1, percebemos que esta abordagem está sustentada em tradições teóricas no campo do materialismo histórico e nas suas provocações críticas sobre os lugares do Estado na produção de respostas a questões sociais. Não por acaso as produções se desenvolvem numa perspectiva de ciência



politicamente engajada, por vezes militante, apontando para mudança imperativas, sobretudo contra-hegemônicas, para o enfrentamento das desigualdades, de discriminações, de desumanidades e garantia de direitos sociais, afinal as assimetrias precisam ser superadas porque sustentam ideologias e relações de exploração. São pesquisas que nos ensinam sobre a apreensão da realidade das PPELs, o que não se dá de forma imediata, mas a partir de uma descrição conjuntural. Isto significa que tal abordagem das formas de instituição das PPELs não possibilita dissociá-las dos conflitos sociais protagonizados pelas classes e frações de classes e suas distintas-concretas realidades ou conjunturas históricas, econômicas, sociais e culturais. Assim, estudar as Políticas e seus modos de instituição implica em estudar as relações e as contradições concretas que estruturam, como totalidade, determinada realidade, como as conjunturas se colocam na tessitura do Estado (na forma da estrutura organizacional, da constituição do orçamento e dos gastos públicos, dos processos de gestão e de controle social, das relações de parcerias e contratualizações, por exemplo).

Nessa abordagem se tem um olhar atento para os modos de relações entre Estado e Capital, das formas de reestruturação do modo de produção e de dominação, tendo em vista as diferentes crises do capitalismo e as suas constantes necessidades de reestruturação como um importante definidor das trajetórias e das mudanças institucionais, seja nos aparatos de Estado ou nos aparelhos privados da sociedade civil. Assim, vários dos estudos destacam que o fato de ocorrerem mudanças institucionais não significa alterações nas relações de hegemonia e de dominação, sendo fundamental compreendê-las em relação à constituição, presença e continuidade de blocos históricos e no poder, os quais frequentemente colocam enormes entraves para projetos contra-hegemônicos, progressistas-populares. Torna-se relevante entender as instituições e suas práticas colocadas em ação pelas PPELs como tecnologias ou dispositivos pedagógicos

de consenso na construção e legitimação de hegemonias que estruturam e objetivam formas de dominação, sem que sejam percebidas como arbitrário cultural, de classes ou de blocos no poder e seus interesses. Daí a importância de compreensão, em que pesem as mudanças institucionais nas PPELs, dos discursos, das representações que inscrevem como hegemônicos e as pedagogias sociais envolvidas.

### **Abordagem Sócio-Histórica de Relações de Poder e Significados**

A partir de primeiros passos dados pelo trabalho de Meily Assbú Linhales (1996), identificamos a emergência de uma possibilidade de estudar as trajetórias institucionais, em que pesem as PPELs, baseada em uma abordagem que manuseia conceitos-teorias de relações de poder e de significado da ação social, várias delas numa perspectiva de compreensão histórica. No quadro 2 abaixo descrevemos 9 investigações que desenvolveram suas pesquisas e análises nessa abordagem sócio-histórica, sendo 4 teses de doutorado e 4 dissertações de mestrado, a maior parte delas (6) defendidas em Programas de Pós-Graduação do Estado do Paraná (UFPR/UEM/UEL) e em Programas da área de Educação Física/Ciências do Movimento Humano (7).

Os objetivos desses trabalhos com os quais estivemos trabalhando e refletindo nos levaram a compreender que os estudos nessa abordagem se dedicaram a estudar por que e como o Estado tem se ocupado/se ocupa do Esporte como questão de Política Pública, inclusive sobre a viabilidade de existência e um Sistema Nacional específico e a implementação da concepção de direito social. Assim, se mostra importante a construção dos objetivos em torno das noções de disputas simbólicas, de significados da ação social, de relações de interdependência, envolvendo diversos campos ou configurações sociais.

**Quadro 2:** Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem sócio-histórica de relações de poder e significados em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional
<p>Meily Assbú Linhales (1996) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Compreender por que, ao longo de uma boa parte do século XX, o Estado se interessa e se ocupa do Esporte e, de outro lado, porque o Esporte se ocupa e se interessa pelo Estado.  <b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Implicada por questionamentos críticos (que atravessam o trabalho) das análises centradas em macrofundamentos e em interpretações funcionalistas, a autora recorre a uma sociologia de campos sociais. Nas suas análises, a autora evidencia as lutas, os conflitos, os interesses tanto no campo político como no campo esportivo e, mais para o final, do campo econômico, cada um com sua relativa autonomia, história e trajetória no Brasil. É a partir das análises de atores e interesses desses campos e entre eles que a autora procura trazer suas análises e interpretações sobre as políticas de esporte na realidade brasileira, relacionando isso de maneira muito decisiva a existência das lutas e conflitos. A autora não deixa de reconhecer que os atores políticos e esportivos ou político-esportivo (pessoas e grupos) têm possibilidades de escolhas, mas que isso não ocorre de maneira ilimitada, pois estas se relacionam com os jogos nos/entre campos políticos, esportivos e econômicos.</p>
<p>Dilson José de Quadros Martins (2004) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Mobilizado pelo questionamento sobre o papel do Estado em relação ao Esporte no Paraná, o autor investigou dinâmicas de oferta e procura de serviços do campo esportivo na tessitura de Políticas Públicas, entre 1987 e 2004.  <b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O estudo foi desenvolvido a partir da compreensão de que as Políticas Públicas de Esporte no Estado do Paraná, entre 1987 e 2004, envolveram o funcionamento de diferentes campos sociais: o campo esportivo, o campo político e o campo da administração pública. Embora o autor mencione a obra de Norbert Elias e noções de configuração e de interdependência, é a perspectiva de estudos de campos sociais/simbólicos da obra de Pierre Bourdieu que mais impacta nas análises. Descreve ações desenvolvidas em 5 gestões, apontando práticas organizacionais, os interesses e protagonismos em que pesem os campos simbólicos do esporte, da política e da administração pública. Por fim, desenvolve uma análise que coloca as questões de autonomia e de heteronomia nas relações entre esses campos e seus efeitos nas Políticas Públicas de Esporte. Aponta uma noção de evolução como uma direção das Políticas no decorrer do período estudado, na linha do que estabelece a obra de Norbert Elias.</p>
<p>Fernando Bruno Rieth (2005) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Procurou compreender os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul a partir das relações de disputas e tensões ocorridas durante o processo de implementação desses Jogos no período de 1999 a 2002.  <b>Abordagem da dimensão institucional:</b> As mudanças institucionais estudadas têm como contexto a eleição da Frente Popular para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1998, esta como agenda de radicalização da democracia, a inversão de prioridades e inclusão, numa proposta de um 'novo modelo' de desenvolvimento para o Estado. Entre as Políticas de Esporte e Lazer foi construída e implementada uma nova forma de estruturação dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS), para dar conta das questões da agenda do governo popular. Foram realizadas 4 edições, as estiveram implicadas por/em disputas simbólicas acerca do esporte. O autor analisa essas mudanças estruturais com base na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, colocando os embates entre atores e interesses de campos político, pedagógico, midiático e esportivo, com disputas internas (no próprio conjunto de atores</p>

<p>Isabel Cristina Martines (2009)                  Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p>	<p>da Frente Popular) e externas (com atores do campo esportivo, midiático).</p> <p><b>Objetivo/Período:</b> Analisou as relações estabelecidas entre as Organizações Não Governamentais (ONGs) e o Governo do Estado do Paraná no que se refere ao desenvolvimento de projetos socioesportivos, no período compreendido 1996 a dezembro de 2007 (que têm relação com as principais 'parcerias').</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> A noção de 'parceria' utilizada para tratar sobre as relações institucionais entre aparatos de Estado e Organizações Sociais sem fins lucrativos precisa ser compreendida. Nesse sentido, a autora aborda as mudanças institucionais do Estado do Paraná em relação a um aspecto das PPELs, o entrelaçamento entre os campos simbólicos da política, do esporte e das Organizações Não Governamentais (ONGs), tendo em vista as disputas e as interdependências que passam a existir e produzir efeitos. Aponta como referências teórico-metodológicas para o estudo a utilização de trabalhos de Pierre Bourdieu (lutas, campo, interesses) e Norbert Elias (configurações, cadeias de interdependência, jogos. Nas descrições da empiria e nas suas análises destacam as mudanças/trajетórias de lógicas de funcionamento, dos mecanismos jurídicos e burocráticos, infraestrutura das práticas, do financiamento, da atuação das pessoas, buscamos evidenciar a lógica de funcionamento dos campos, os interesses e as relações de interdependência entre as ONGs e a gestão do Governo do Paraná, especificamente as ações da autarquia Paraná Esporte.</p>
<p>Fernando Augusto Starepravo (2011)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Investigou a apropriação da produção do campo acadêmico-científico pelos agentes do subcampo político-burocrático na constituição de Políticas Públicas de Esporte, analisando especialmente dois programas do Ministério do Esporte.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Seu olhar para essa relação tem como referências teórico-metodológicas obras de Pierre Bourdieu (as noções de campo, <i>habitus</i> e capital) e o trabalhos de Norbert Elias (a perspectiva dos jogos competitivos e configurações). Desenvolve um olhar analítico para a instituição das políticas públicas de esporte e lazer com base nas trajetórias, mudanças e aproximações (algumas, pontuais ou incipientes) dos subcampos sociais ou simbólicos (o científico-acadêmico que passava por um processo de consolidação; o político-burocrático como um espaço social mais consolidado, com sua história e autonomia relativa longa). Desenvolve descrições que representam a estrutura desses campos simbólicos como esferas relativamente autônomas, pontuando interesses, capitais, atores, <i>habitus</i>. O autor aponta que a instituição das políticas resulta substancialmente do acúmulo de capital político, onde a inserção dos agentes se deu muito mais por atos de nomeação política do que pelos capitais científicos.</p>
<p>Leticia Godoy (2013)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Investigou a constituição dos subcampos acadêmico-esportivo, jurídico-esportivo e político-esportivo, tendo em vista a viabilidade de existência e funcionamento de um Sistema Nacional de Esporte (SNE) no Brasil, levando em conta o período entre as décadas de 1940 e 2010.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Desde a criação do Ministério do Esporte (2003), a autora identifica um maior interesse na criação de um SNEL. Isso a leva investigar as relações existentes entre o Governo Federal e outros segmentos representativos do esporte brasileiro. Para tanto, parte da delimitação teórico-metodológica de que a institucionalização do SNEL está relacionada a institucionalização de 3 sub-campos: o político-esportivo; o jurídico-esportivo; e o científico-esportivo. A respeito de cada um deles, a autora desenvolve descrições e análises com o objetivo de mostrar a sua estruturação como esfera simbólica que adquire singularidade e relativa autonomia, com destaque para os significados e interesses. Conclui que os sub-campos apresentados tem seus entendimentos e interesses próprios acerca do SNEL, com funcionamento relativamente independente (poucos pontos de</p>

	interseção/aproximação), o que dificulta a existência e efetividade de um sistema nacional.
<p>Toledo (2014)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Sua proposta envolveu estudar a ação governamental levada a efeito pelas políticas públicas do estado do Paraná (entre 1995 e 2010), tendo em vista a implementação da concepção de direito social.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Contextualiza que apesar das prioridades evidentes nas Políticas Públicas às práticas esportivas de alto rendimento, algumas ações, discursos se voltam para o direito social. Em termos analítico-conceitual a autora se coloca nas proximidades do neo-institucionalismo sociológico, entendendo a instituição e seu estudo das Políticas em face do direito social, na relação indissociável entre/com dimensões jurídico-administrativas (magnitude com que as questões esportivas se colocam na tecitura jurídico-administrativa do estado) e dos significados culturais do esporte (dos valores e crenças e conferem sentido às ações sociais) que constituem as instituições na relação com a ação das pessoas e dos coletivos sociais. E, para estudar o direito social ao esporte nessa com essa chave analítica, desenvolve um trabalho comparativo com outros direitos sociais considerados mais consolidados (educação, saúde, previdência e assistência social). Ao final, a autora conclui que, o esporte tem uma baixa institucionalidade, comparado aos outros direitos analisados.</p>
<p>Andrea Luiza Alves Silveira (2016)                  Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física das Universidades Estaduais de Maringá e Londrina (UEM/UEL)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Investigou as relações de dependência/interdependência historicamente estabelecidas entre as Associações Esportivas (Terceiro Setor) e o Poder Público Municipal de Maringá, no Paraná, tendo como recorte temporal o período de 2005 e 2014.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O trabalho aborda mudanças institucionais atreladas às PPELs no Município de Maringá, tendo em vista a relação com entidades esportivas. Toma como referência conceitos teórico-metodológicos da obra de Pierre Bourdieu (em especial, campo, capitais e interesses), articulados, como complementos, com conceitos do campo das ciências políticas (<i>policy</i> e <i>polity</i>; arena e <i>policy networks</i>). Para investigar, parte do entendimento e da descrição das relações entre o campo burocrático-político e o campo esportivo no Município, fazendo isso a partir de 3 categorias de análise emergentes dos conteúdos produzidos (administrativo; técnico/esportivo; e financeiro), olhando para as relações conflituosas e de interdependência. Essas relações são perpassadas por interesses políticos que influenciam as políticas públicas de esporte em Maringá.</p>
<p>Fabiana Gazzotti Mayboroda (2022)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Construir uma análise historiográfica para compreender a Política Pública de Esporte e Lazer de Porto Alegre como constituidora de lugares de memória atravessadas por ideologias, no período compreendido entre 1950 e 1989.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> A abordagem da autora para a trajetória institucional das PPELs de Porto Alegre, entre 1950 e 1989, se dá na interface entre a Antropologia e a História, mas profundamente marcada pela perspectiva de descrição e interpretação de significados no trabalho historiográfico. A partir dessa posição teórico-disciplinar, a autora aponta a noção de ideologia como objeto de estudo, tratando-a como lugar de produção de significados, de pensamentos, de identidades, de inteligibilidades e coletividades em que pese a ação social e, no presente caso, da ação política. Assim, se propôs a historicizar as ideologias na interface com essa perspectiva de antropologia. Para tanto, estudo se desdobra para a descrição e análise de três ideologias que transpassam e fazem pulsar a Política Pública de Esporte e Lazer durante quase 100 anos: a participação comunitária, a interação com a Educação e as relações com a assistência social. Conclui que essas ideologias são patrimônios imateriais de enorme relevância na instituição das PPELs, pois elas não deixam vazios de significados das ações, algo que vem ocorrendo há mais de 90 anos.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

As descrições constantes no quadro 2 nos fornecem argumentos de que há elementos de uma crítica sobre macrofundamentos conjunturais ou estruturais, apontando para a importância de pesquisas que recorram à história ou direção particular de determinados campos ou configurações sociais (suas lógicas e princípios e relativa circunscrição ou autonomia), para então estabelecer relações entre eles/as. Daí decorre o esforço de investigação e descrição de/sobre campos, subcampos e/ou configurações (esportivo, político-burocrático, jurídico, econômico, midiático, educacional-pedagógico, das organizações não governamentais) e de valores socioculturais que permeiam e legitimam a ação social em torno do esporte e lazer.

Nessas análises se colocam as posições e disputas simbólicas a respeito dos significados culturais de esporte, dos processos de sua legitimação na agenda das Políticas Públicas, passando pelas noções de interesses, de capitais, de significados, de relações/jogos de dependência-interdependência nos/as próprios campos/configurações e/ou entre eles/as, mostrando as permeabilidades e os distanciamentos com as implicações sobre as trajetórias institucionais e as PPELs. São estudos que empiricamente olham para as mudanças institucionais em termos questões/elementos que implicam nas posições/relações de poder, na perspectiva de conferir capital ou melhores condições num jogo em determinada configuração. Percebemos, assim, uma robustez de descrições e análises acerca de organização político-administrativa, de interesses, valores e crenças, de arcabouços jurídico-legal, da legitimidade de atores.

### **Abordagem de Modelos de Análise de Políticas Públicas**

A terceira abordagem que destacamos nas nossas reflexões acerca das trajetórias institucionais em termos de mudanças ou continuidades é a que emerge da relação com

o campo das ciências políticas, em especial dos modelos de análises das políticas públicas. Em artigo publicado sobre esse assunto, Almeida e Mezzadri (2017) já destacavam essa possibilidade de aproximação para subsidiar as análises das PPELs e, assim, dar conta de lacunas ou carências de densidade identificadas. Para tratar dessa abordagem nos valemos de estudos de 9 trabalhos (4 teses de doutorado, 4 dissertações de mestrado e 1 artigo publicado em periódico<sup>3</sup>), envolvendo estudos de um grupo mais heterogêneo em termos de vínculos institucionais em Programas de Pós-Graduação (FGV, UEM/UEL, UFMG, UFPR, UFRGS, UFSCAR, UNICAMP) e de áreas disciplinares (Educação Física/Ciências do Movimento Humano; Administração Pública; Ciência Política; Política Pública; Estudos do Lazer).

Olhando para os objetivos dos trabalhos, tal como expressamos no quadro 3, nos parece que se manifestam 3 preocupações nesta abordagem: a primeira que trata da agenda política e de governo, em termos de crenças, coalizões, ideias, atores, comunidades e fluxos; a segunda que enfoca análises de estruturas institucionais e seus conteúdos, assim como os emaranhados que eles compõem; e as análises voltadas para etapas do ciclo da política (elaboração, formulação, implementação). Os trabalhos têm como questões mobilizadoras importantes as noções de estabilidade (por que se mantêm ao longo dos períodos?) e/ou de mudanças (por que e como as rupturas, novidades e/ou as mudanças se tornaram possíveis/) das PPELs, olhando para períodos longos. E, além disso, transparece uma perspectiva comparativa com questões (estabilidades/mudanças) relacionadas a outros direitos sociais (saúde, educação, assistência social) no Brasil.

---

<sup>3</sup> Optamos inicialmente por selecionarmos apenas teses e dissertações, mas no caso desta abordagem selecionamos e trouxemos um artigo publicado em periódico porque ele é o único por nós encontrado e conhecido que trata do uso do modelo de Múltiplos Fluxos como abordagem de estudos de PPELs. Nessa decisão, levamos em consideração o estudo de Lino, Duarte e Rosa (2022), que investigaram a recorrência dos modelos Múltiplos Fluxos, Equilíbrio Pontuado e de Coalizões de Defesa em dissertações e teses que analisaram políticas públicas no Brasil. Esse/as autores/as destacaram que, dos três modelos analisados, o Múltiplos Fluxos é o que encontra maior aderência nos programas de pós-graduação no Brasil.

**Quadro 3:** Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem de modelos de análise de políticas públicas em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional
<p>Luciano Bueno (2008) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> O trabalho investigou as razões do predomínio e/ou hegemonia da coalizão do Esporte de Alto Rendimento (EAR) nas Políticas Públicas de Esporte no Brasil, considerando elementos históricos (desde 1937) e os embates mais recentes (a partir da Constituição de 1988 até os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro de 2007).</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O autor, tendo como referência teórico-metodológica o modelo Estrutura de Coalizões Advocáticas (ACF), parte de uma classificação-conceitualização de esporte orientada para suas funções sociais (esporte participativo-educacional - EPE; esporte de alto rendimento-competição - EAR), entendendo-as como diferentes coalizões advocatícias (conjunto de atores heterogêneos que se agregam em torno das crenças e mobilizam seus recursos e repertórios para defender, legitimar e fazer valer suas posições) atuantes nas Políticas Públicas de Esporte (um subsistema de política específico). Esse modelo se propõe a olhar para mudanças no período de uma década ou mais, como resultado da disputa entre coalizões opostas. A partir de descrições organizadas em períodos que demarcam mudanças na institucionalidade das PPELs, conclui que mesmo com o predomínio da coalizão EAR, essa coalizão vem perdendo força. Com isso, a coalizão EPE é capaz de influência institucional. Para além dessas duas coalizões em disputa direta, destaca que coalizão do futebol acaba se constituindo como um novo subsistema autônomo, sendo estruturado nas crenças estruturantes do futebol. Isso se reflete na "ministerialização" do Esporte.</p>
<p>César Machado Carvalho (2013) Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Analisou a configuração de ideias políticas, os atores políticos e as organizações governamentais em torno da política de esporte trazida com a mudança de regime político (em 1988) e suas incidências na formulação de política pública de esporte até a criação do Ministério do Esporte em 2003.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O trabalho parte da compreensão de que a Política Pública de Esporte é uma questão presente na agenda de governos em diferentes contextos, mas que adquire outro <i>status</i> ao ser reconhecida como direito na Constituição Federal de 1988. A partir disso, se apropriando do modelo de análise conhecido como de Equilíbrio Pontuado, passa a analisar atores, ideias e instituições, para a compreensão de mudanças e de padrões de política pública pós-Constituição até a criação do Ministério do Esporte (2003). Descrevem imagens políticas, monopólios políticos, subsistemas de processamento e as possibilidades de agendamento de novas questões ou de incrementalismos. Identificam períodos de estabilidades, mas também notam a incidência de ideias e de atores políticos concatenados com a democratização do esporte, que resultara em novo rearranjo. Contudo, este ainda esteve sob a hegemonia de ideias, atores e instituições tradicionais presentes de maneira mais robustas nas arenas decisórias da agenda e do agendamento. Assim, o padrão da formulação da política pública de esporte decorre mais de uma perspectiva de estabelecer consensos do que rupturas.</p>
<p>Ana Paula Cabral Bonin Maoski (2016) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Procurou compreender se a estrutura e as ações dos entes federativos que promoviam o esporte de rendimento no Brasil, no estado do Paraná e na Prefeitura de Curitiba se articulavam no que se refere à consolidação do Sistema Nacional de Esporte brasileiro, considerando o período de 2003 a 2016.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Ao longo do trabalho, a autora aciona diferentes sentidos ou dimensões da noção de instituição, contudo, são as dimensões da <i>policy analysis</i> que permeiam de maneira importante, como chaves-interpretativas, o manuseio das informações a respeito do</p>



	<p>objetivo do estudo, tratando da dimensão institucional, jurídico e administrativo (<i>polity</i>), dos conteúdos da política (<i>policy</i>), dos processos políticos (<i>politics</i>) e das interações entre as instituições políticas (<i>policy networks</i>); como definição do esporte, na forma de uma instituição moderna, por vezes como representação de organização, órgãos e entidades esportivas. Destacam-se as descrições da dimensão institucional da política (<i>polity</i> e seus aspectos jurídicos e administrativos) e da dimensão de conteúdos da pública (<i>policy</i> e seus programas, projetos, ações, financiamento), como base para análises da articulação entre os entes federados. Nesse sentido, entra em cena, como operador metodológico a noção de <i>policy networks</i>, tendo em vista as (poucas) interações que acontecem entre um emaranhado (especialmente nas diferentes esferas dos entes federados investigadas) na formulação e implementação de uma política pública.</p>
<p>Alessandra Dias Mendes (2017)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Analisou a atuação e o potencial de efetividade de deputados integrantes de instituições legislativas (formais e informais) responsáveis pela legislação do esporte na Câmara dos Deputados, considerando como referência a 54ª Legislatura (2011-2015).</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O trabalho tem como contexto inicial as relações entre Governos e Esporte num debate internacional e a identificação de uma lacuna a ser explorada a respeito de estudo das instituições políticas (e suas incidências sobre as Políticas Públicas de Esporte) numa abordagem de rede sociais dos atores políticos (<i>policy makers</i>) e seu trabalho político numa arena legislativa (o Congresso Nacional). Ao analisar as redes sociais-políticas dos deputados que se articulam pelas questões e instituições legislativas de esporte (Frente Parlamentar do Esporte; Comissões Parlamentares vinculadas ao Esporte; Bancada da Bola; atuação no próprio Congresso em proposições), a autora o faz com base em construção de perfis (prosopografia), capacidade de articulação, financiamentos de campanha, direcionamento de emendas, contratos de empresas financiadoras de campanhas com o Governo, proposição de projetos de lei, tramitação e aprovação de projetos. A abordagem para compreender as trajetórias, mediado principalmente pelo método de redes sociais aplicado ao estudo da política pública, esteve centrado nos atores políticos vinculados ao esporte.</p>
<p>Mehrez Palumbo Khalifa (2019)                  Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Procurou investigar como o Estado de Minas Gerais conduziu as políticas de esporte e lazer no período de 2012 a 2018, governos de Antônio Anastasia e Fernando Pimentel, respectivamente, frente à inexistência de uma definição de atribuições dos entes federados.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O autor parte da afirmação de uma ausência de coordenação e de um sistema nacional de lazer e esporte, quando comparado a outros direitos sociais, entre eles a saúde, a educação e a assistência social. A partir disso, propõe estudar, numa abordagem institucionalista, como o estado de Minas Gerais, no período de 2012 a 2018, conduziu as PPELs. Embora em alguns momentos o autor reconheça diferentes possibilidades de entendimento da noção de instituição (trata rapidamente das dimensões da <i>policy analysis</i>), quando ele opera com esse conceito, o faz claramente com base no entendimento de que a instituição política esportiva, como aparato jurídico-administrativo/burocrático, confere maior ou menor relevância e presença para as PPELs como direitos sociais através da presença de princípios, diretrizes, objetivos, regras e indutores. Ou seja, a instituição como mecanismo jurídico-administrativo de indução, que pode ser estudada pela perspectiva da organização e de administração institucional, tendo em vista os efeitos sociais e políticos da gestão.</p>
<p>Cindy Laupe Amaral Pacheco (2019)                  Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Buscou compreender trajetórias de mobilização de Associações e Fundações Sem Fins Lucrativos na implementação de políticas públicas de esporte nos Municípios de Canoas (2013 a 2019) e Porto Alegre (2010 a 2019), Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> No contexto de avanços</p>

<p>Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>	<p>gerencialistas da/na gestão pública de Municípios, a autora passa a olhar para mudanças de governos dos Municípios de Canoas e de Porto Alegre, pela eleição de partidos e coligações consideradas distintas a respeito da gestão pública (com direções opostas no período estudado). E, para estudar as trajetórias de mudanças institucionais, opta por investigar os modos de atuação de Associações e Fundações Sem Fins Lucrativos na implementação de Políticas Públicas de Esporte, tendo como referências teórico-metodológicas os Modelos de Ciclo da Política (especificamente a fase de implementação) e os modelos <i>top-down</i> e <i>botton-up</i>, assim como o fenômeno da discricionarietà. Produziu a empiria da pesquisa com o uso de entrevistas semiestruturadas e levantamentos de documentos, desenvolvendo uma análise interpretativa sobre as implicações institucionais da mobilização das Associações e Fundações. Nessas análises aponta para trajetórias de distanciamentos entre dimensões/atores/as políticas/os e administrativas/os, uma descentralização empresarial para as entidades que têm mais possibilidades para definir os parâmetros de implementação.</p>
<p>Vitor Hugo Marani <i>et al.</i> (2019)                  Artigo publicado na revista <i>Licere</i>, de pesquisadores/as vinculados ao Programa de Pós-Graduação Associado das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá (UEL/UEM)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Se propôs a analisar como e quando, na segunda década do século XXI, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas passaram a fazer parte da agenda política esportiva nacional.  <b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Transformações institucionais em PPELs foram estudadas pelos/as autores/as a respeito da realização dos megaeventos esportivos na segunda década do século XXI, no Brasil. Entre os eventos, os/as pesquisadores/as investigaram a realização dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI) em 2015. A partir da relevância do evento para a valorização da cultura de povos indígenas e para a compreensão de formas de expressão de esporte e lazer, o estudo voltou-se para analisar como e quando os JMPI passaram a fazer parte da agenda política esportiva nacional. As análises foram realizadas com base no modelo dos Múltiplos Fluxos, que tem como preocupação central o entendimento de como e quando determinados problemas captam a atenção pública e política a ponto de serem inseridos na agenda de governo. Para isso, considerando a atuação de empreendedores políticos e atores invisíveis, apontam a questão de confluência entre três fluxos relativamente independentes (janelas de oportunidades): fluxo de problemas; fluxo de soluções; fluxos das políticas. Os/as autores/as da pesquisa desenvolvem suas descrições com base nessas categorias analíticas. Concluíram que se tratava de uma 'demanda antiga', mas que, no contexto dos megaeventos, foi produzida uma janela de oportunidades (convergência de fluxos).</p>
<p>Carlos Fabre Miranda (2020)                  Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> O propósito do trabalho foi analisar a trajetória de elaboração, a formulação e a implementação da Rede Nacional de Treinamento, uma Política Pública de Esporte apresentada como 'legado' dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, considerando o período de 2010 a 2016.  <b>Abordagem da dimensão institucional:</b> A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 foi algo inédito no Brasil e teve ressonâncias na trajetória institucional das Políticas Públicas de Esporte no país, em especial na década de preparação para sediar esse megaevento, tendo em vista a mobilização da noção de 'legado'. Teve como foco de análises empíricas a modalidade de Atletismo para a implementação desta política em um convênio firmado entre o Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt): a Rede Nacional de Treinamento de Atletismo. Em termos de abordagem teórica da elaboração, formulação e, sobretudo, da implementação, aponta como referência noção de <i>path dependence</i> (dependência de trajetória), entendida como ferramenta analítica que olha para as sequências temporais no contexto de debates do neo-institucionalismo histórico, na perspectiva de que a estrutura social e histórica confere trilhas imperativas nas escolhas e decisões políticas dos atores, moldando as arenas e as</p>

	<p>instituições contemporâneas. Sua análise possibilita perceber a relação entre instituição e atores (além da chegada de novos atores), em um padrão temporal e sequencial, onde as disputas procedentes dessa relação geram momentos de crise. Contudo, mesmo diante de momentos de crise, a inércia institucional pouco possibilitou rupturas, ou mudanças institucionais significativas.</p>
<p>Débora da Silva Oliveira (2020) Dissertação de mestrado defendida em Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> O trabalho teve como objetivo analisar a implementação das políticas públicas de esportes e lazer para pessoas com deficiência em Belo Horizonte – MG, levando em consideração a capacidade instalada no Município para responder aos programas e projetos no período de 2017 a 2019.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O texto tem como ponto de partida a crescente pressão social pelos direitos para as pessoas com deficiência no Brasil, entre eles os direitos ao esporte e ao lazer. Toma o Município como ente federado relevante na garantia de direitos, tendo como campo empírico Belo Horizonte. Aborda a trajetória institucional para a garantia dos direitos ao esporte e lazer para pessoas com deficiência no contexto de estudos da política pública, especificamente daqueles que olham para o Ciclo da Política (diferentes etapas). Ainda que reconheça a relevância de todas, opta por analisar uma das etapas, a da implementação, destacando a possibilidade de que isso possa ocorrer em modelos <i>top-down</i> e/ou <i>bottom-up</i>. Nessa abordagem ainda especifica que sua análise da implementação esteve focada na capacidade instalada pelo Município (pelos recursos financeiros, infra estruturais e de cobertura territorial) para dar conta das demandas dos programas e projetos no período de 2017 e 2019. Nessas análises, a autora destaca ainda as mudanças institucionais em termos de avanços da legislação o avanço no arcabouço normativo brasileiro para pessoas com deficiência e a ampliação de orientações no que se refere ao esporte e ao lazer.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

Nessa abordagem, pelo que apreendemos, os esforços para se entender as mudanças ou continuidades institucionais e suas ressonâncias sobre as Políticas Públicas levam em consideração uma dimensão cognitiva compartilhada (crenças, ideias, temas, imagens). Tais dimensões são associadas/homólogas a subsistemas, redes sociais ou comunidades de políticas específicos (estes articulados por questões próprias da história e das disputas do/no setor de esporte e lazer), que, com seus atores (entre eles os *policy makers*), recursos e repertórios lutam e buscam identificar e construir oportunidades para legitimar e fazer valer e/ou manter suas posições na opinião pública e nas arenas de decisões políticas e de governos, seja através de rupturas ou de incrementalismos. Vale enfatizar que os estudos nos apresentam investigações de/com atores/as heterogêneos/as nas/das PPELs, tornando as categorias sociedade política

(Estado restrito) e sociedade civil (Estado ampliado) permeáveis, pela dinamicidade e circulação de pessoas, ideias e recursos.

Além dos/as atores/as ou com eles/as, as trajetórias institucionais podem ser compreendidas a partir de uma abordagem sobre dimensões jurídicas, administrativas e financeiras (gastos e orçamentos públicos), estas entendidas como fenômenos históricos, sociais e culturais (mais ou menos) instituídos-institucionalizados, isto é, presentes numa tecitura que autonomiza as PPELs em relação aos interesses particulares e de grupos. Essa institucionalidade é frequentemente analisada para compreender a presença, a continuidade e as mudanças nos conteúdos das PPELs (programas, projetos e ações), bem como para a construção de um complexo arranjo institucional (que, além dos aparatos de Estado, envolve organizações esportivas e outras sem fins lucrativos), entrando aí o debate sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Ganha destaque, nos estudos acessados, os olhares para a dimensão de implementação das Políticas.

### **Abordagem Etnográfica em Perspectiva Antropológica**

Por último destacamos a abordagem etnográfica dos estudos ‘nas’ Políticas Públicas, numa perspectiva da antropologia. Para destacar alguns elementos dessa abordagem, nos valem de 4 trabalhos elaborados no âmbito do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS), do qual fazemos parte. Acionamos esses 4 trabalhos descritos no quadro 4 (todos são teses de doutorado defendidas em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano), porque eles contemplam, em suas trajetórias investigativas, possibilidades de compreensão das trajetórias da dimensão institucional e relações com as PPELs, estranhando e problematizando noções que, *a priori*, parecem estáveis nas práticas políticas, como ‘participação’, ‘talento’, ‘antidopagem’ e ‘projetos’.

**Quadro 4:** Trabalhos tomados como base para tratar da abordagem etnográfica em perspectiva antropológica em estudo de trajetórias institucionais das PPELs.

Autor/a (ano) Formato e Programa de Pós-Graduação	Objetivo geral e período da investigação Abordagem sobre a dimensão institucional
<p>Leandro Forell (2014) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> O trabalho teve por objetivo estudar, com base numa etnografia realizada entre 2011 e 2013, os significados da participação no cotidiano da gestão e das PPELs, num Parque Público da cidade de Porto Alegre.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> O trabalho inicia com o reconhecimento de que outras pesquisas investigaram a participação popular na gestão de PPELs em Porto Alegre, inclusive no Parque Ararigbóia, local onde o estudo foi desenvolvido. No entanto, diferente destes, o autor se propôs a investigar etnograficamente os significados das noções de participação (e de gestão pública) a partir do ponto de vista das pessoas - atores heterogêneos (gestores, professores, usuários) - que participam das pessoas que se envolvem no cotidiano das/nas Políticas Públicas, para que o Parque continuasse e qualificasse suas intervenções nas áreas de esporte e lazer, como direitos sociais. A questão central estudar não apenas sobre as PPELs, mas 'nas PPELs' e 'no' cotidiano do Parque da cidade de Porto Alegre, conhecido na cidade pelo envolvimento de protagonismos comunitários. Assim, a etnografia passou a conviver e seguir os atores sociais e como eles compreendem e experimentam a política, neste caso pela/na participação, muitas vezes a partir de rituais de comensalidade, em práticas corporais e de reuniões. É com base nessa perspectiva etnográfica a respeito da participação que se pode perceber as mudanças institucionais nas PPELs de Porto Alegre.</p>
<p>Ariane Corrêa Pacheco (2017) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> Procurou seguir atores/as e descrever a performance de 'talentos esportivos' na constituição de Políticas Públicas de Esporte, cujo trabalho de campo etnográfico multisituado foi realizado entre 2015 e 2016 no cotidiano de um Clube Esportivo.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> Numa perspectiva de abrir 'a caixa preta', a autora possibilita uma abordagem de trajetórias institucionais com base na teoria ator-rede (sociologia das associações ou das translações). A noção de 'talento esportivo' por ela investigada passou a ser entendida como uma associação de elementos heterogêneos mais ou menos estável, capaz de produzir efeitos nas Políticas Públicas Nacionais de Esporte. Como proposta e objeto de pesquisa, lhe foi preciso, assim, seguir actantes (atores mediadores, que fazem fazer) e seus trabalhos de translação, isto é, de alistar e associar interesses, objetos, histórias, ideias, humanos e não humanos, com o objetivo de estabilizar a noção de 'talento esportivo', inclusive como um fato científico, a ponto de fazer desaparecer as conexões (pontualizá-las), para que esta produza seus efeitos políticos e práticos, em especial nas instituições de categorias de base do esporte de alto rendimento. Como campo empírico produzido na pesquisa, a autora, etnografando em controvérsias e situações críticas, seguiu atores/as em Programas de Governos, especialmente aqueles cujas performances se davam nas relações com um Clube Esportivo de Porto Alegre.</p>
<p>Daniel Giordani Vasques (2018) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> O trabalho teve como propósito compreender como a Autoridade Brasileira de Controle Antidopagem (ABCD) foi constituída com <i>status</i> de Secretaria Nacional no âmbito do Ministério do Esporte a partir de compromissos firmados em 2009 pelo Governo para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> No Brasil, a partir de 2009, foi constituído um aparato de Estado – a Autoridade Brasileira para Controle de Dopagem (ABCD) – para que o sistema antidopagem fosse amplamente aplicado e, assim, os resultados dos eventos esportivos que ocorressem, em especial dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, pudessem ser legitimados, o que ocorreria se o país estivesse ‘em conformidade’ com os</p>

	<p>protocolos da Agência Mundial Antidoping (<i>World Anti-Doping Agency – WADA</i>). O autor realizou um estudo etnográfico seguindo atores (actantes) no seu trabalho de constituir e performar a 'conformidade', fazendo isso na perspectiva da teoria ator-rede (Bruno Latour). Manuseando noções atreladas a sociologia das associações, investigou como atores políticos circulavam ao longo de uma cadeia de interesses. O trabalho descritivo (não explicativo) foi desenvolvido com base em 3 fontes de controvérsias-casos (a criação e o funcionamento da ABCD; a aprovação do Código Brasileiro Antidopagem; e a criação e funcionamento do Tribunal de Justiça Antidopagem) e os imperativos que cada um deles coloca na trajetória de constituição do aparato institucional antidopagem como Política Pública de Esporte.</p>
<p>Luis Felipe Silveira (2020) Tese de doutorado defendida em Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</p>	<p><b>Objetivo/Período:</b> O trabalho teve como objetivo investigar, a partir de uma etnografia multisituada realizada entre 2016 e 2019, nos processos de extinção da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre e as lutas para que projetos e trajetórias tivessem sentido no contexto de uma PPEL.</p> <p><b>Abordagem da dimensão institucional:</b> A pesquisa etnográfica estudou processos de invisibilidade e desinvestimentos dos serviços públicos 'do esporte' na estrutura administrativa municipal de Porto Alegre, vivenciado pelos professores/as e servidores/as, sobretudo a partir da extinção da Secretaria Municipal, em 2017. A construção da etnografia se orienta por um processo de mudança institucional que vinha ocorrendo há mais de uma década, mas que se acentuou em 2017. Para tanto, passa a estudar projetos (projetos coletivos e coletivos de projetos) e as práticas políticas de mediadores/as (servidores/as de carreira, concursados/as e trabalhadores/as engajados/as por cargos em comissão e terceirizados). Essas noções de projetos e de mediadores são buscadas no campo da antropologia das práticas políticas. O trabalho etnográfico multisituado desenvolvido, em que pesem as trajetórias institucionais, analisa e interpreta a construção da invisibilidade e esvaziamento de uma pasta que 'só dava problemas' (colocando-a no seu 'lugar nenhum') e das lutas dos/as professores/as e servidores/as (mediadores/as) para que suas trajetórias e projetos tivessem sentido e que uma política de esporte continuasse existindo.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao olharmos para estes estudos etnográficos, fica bastante marcada a noção de que há uma preocupação em estudar 'nas' PPELs e não sobre elas, numa perspectiva de conviver com as pessoas nos espaços institucionais onde se desenvolvem cotidianamente as ações das Políticas. Além de permanecer nos lugares, apontam para a importância de seguir as pessoas, as ideias, os artefatos (humanos e não humanos) nos seus fluxos, tendo em vistas as implicações da multi-localidade na construção dos objetos da pesquisa e, portanto, da própria instituição da Política. Essa percepção antropológica possibilitou entender a transitoriedade e as limitações na implementação de PPELs, assim como pensar outras formas de participação democrática.

Como já anunciamos acima, esses estudos, implicados pelos fazeres de estudos etnográficos, estranhar questões ou noções que parecem familiares nas PPELs, que funcionam como espécies de ‘caixas pretas’, mas que demandam problematizações e investigações. Isso foi realizado a respeito das noções de ‘participação’, de ‘doping’ e ‘antidopagem’, de ‘talento esportivo’ e de ‘projetos’, buscando compreensões com base na experiência etnográfica possível de ser construída, ou seja, das situações etnográficas e aquilo que elas possibilitaram no processo de construir uma textualização que torna inteligível uma produção para a comunidade científica da área.

O estranhamento dessas noções familiares emerge da própria experiência investigativa ‘nas’ PPELs, como questões emergentes do campo e que se tornam relevantes pelos seus efeitos na constituição das Políticas, no nosso caso, nas dimensões institucionais. São trabalhos que procuram se distanciar de análises institucionais normativas e prescritivas, sublinhando a heterogeneidade da produção de significados, levando a sério as maneiras com que as pessoas em ação performam (associam elementos heterogêneos) para justificar suas posições nas arenas públicas.

### **Considerações Finais**

O objetivo inicial deste trabalho – preocupado com desenvolver investigações e em não fazê-lo sem conhecer as possibilidades presentes – foi sistematizar uma reflexão sobre abordagens teórico-conceituais possíveis para investigar trajetórias institucionais colocadas em ação em análises de continuidades/mudanças das PPELs. Com base no que pudemos mostrar nas seções anteriores, organizamos nossas experiências e aprendizagens, derivadas das relações com os trabalhos selecionados e mobilizados, em 4 abordagens emergentes (conjuntural crítica das respostas às questões sociais; sócio-histórica de relações de poder e significados; modelos de análise de políticas públicas; e

etnográfica em perspectiva antropológica), aqui demarcadas mais para identificar e demarcar movimentos investigativos relevantes do que para impor ‘camisas de força’ para qualquer estudo.

Pois bem. Mas o que essas abordagens nos dizem? Inicialmente, tendo em mente as provocações e preocupações existentes há mais de uma década sobre o adensamento das análises e produções de conhecimento (LINHALES; PEREIRA FILHO, 1999; HÚNGARO *et al.*, 2009; STAREPRAVO, NUNES, MARCHI JÚNIOR, 2009; STAREPRAVO, 2011; MALINA *et al.*, 2015; MENDES, 2013, 2017; FORELL; MAYBORODA, 2017; ATHAYDE *et al.*, 2020), nos parece que há elementos para dizer ou, pelo menos, para apostar que, no campo das PPELs, tem ocorrido movimentos teórico-conceituais e metodológicos para aprofundar os debates, o que ocorre a partir de diferentes abordagens, o que não significa que um trabalho possa trazer duas ou mais ao mesmo tempo. Reconhecemos as possibilidades, conforme as demandas de cada estudo, de operar em/com distintos desses movimentos investigativos, desde que haja coerência nesses processos.

Identificadas as abordagens emergentes no Brasil e reconhecendo a relevância delas em termos de movimentos de avanço no adensamento de análises e de produção de conhecimentos, retomamos à nossa questão sobre as possibilidades de investigar a dimensão institucional das PPELs (como tem sido feito e como fazer). Considerando o que apreendemos nesse caminho analítico-reflexivo, entendemos que os vínculos com determinadas abordagens ou a mobilização de diferentes no mesmo estudo depende da pergunta que se quer responder, não havendo, *a priori*, um movimento teórico-metodológico mais adequado do que outro. Chegamos, aqui, num mesmo ponto de um debate contemporâneo em torno das três abordagens do novo institucionalismo (a histórica; a sociológica; a escolha racional) para o estudo das/nas instituições no campo



da ciência política e da política pública. Seguimos, assim, a mesma linha de Théret (2003), de que é possível não abandonar a possibilidade de uma posição mediana e, assim, de uma adotar uma perspectiva interdisciplinar em relação a essas três abordagens e a heterogeneidade de ideias que as permeiam, mas ao mesmo tempo manter uma vigilância teórico-metodológica em relação aos tipos de perguntas e objetivos que se pretende investigar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara Schaustek de; MEZZADRI, Fernando Marinho. Quadros conceituais em políticas públicas: aplicações e possibilidades para a área do esporte. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n.1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2017.v15.n1.p41>

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **O Ornitorrinco de Chuteiras**: determinantes econômicos da Política de Esporte do Governo Lula e suas implicações sociais. 2014. 415f. Tese (Doutorado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernanda. Análise de políticas esportivas: compartilhando uma proposta teórico-metodológica. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. e61599, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e61599>

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 314f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CARVALHO, César Machado. **Esporte como Política Pública**: um estudo sobre o processo de formulação da política de esporte no Brasil. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

DALMAS, Leandro Casarin. **Brasília capital desigual!** Políticas Públicas e limites para a efetivação do direito ao esporte no Distrito Federal (2009 a 2019). 2022. 268f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DAMIANI, Cássia. **Contradições e tendências para a instituição de uma Política Pública de Estado de Esporte no Brasil - 2003 a 2015**. 2021. 587f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

ELICKER, Eliane. **Esporte e Florestania**: avanços e limites da Política Esportiva do Acre entre 1999 e 2018. 2023. 310f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

FORELL, Leandro. **Participando na cidade**: um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Araribóia em Porto Alegre/RS. 2014. 181f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FORELL, Leandro; MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. Pelas bordas: reflexões situadas nas fronteiras da produção do conhecimento em PPEL em um período de pós-megaeventos esportivos no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2017.

GODOY, Letícia. **O Sistema Nacional de Esporte no Brasil**: revelações e possíveis delineamentos. 2013. 165f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C.R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n.58, p. 193-223, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>

HÚNGARO, Edson Marcelo; OLIVEIRA, Bruno Assis; CUSTÓDIO, Mariana Lopes; DAMASCENO, Luciano Galvão; DALLA'ANESE, Evelise Donola; SANTOS, Róbson Nova; FERNANDES, Erick Rodrigo; FIGUEIRA JÚNIOR, Aylton José. Balanço inicial da produção do GTT Políticas Públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. *In*: HÚNGARO, Edson Marcelo; SOUSA, Wilson Luiz Lino de (Orgs.). **Cultura, educação, lazer e esporte**: fundamentos, balanços e anotações críticas. Santo André: Alpharrabio, 2009. p. 93-123.

KHALIFA, Mehrez Palumbo. **Atuação do Estado de Minas Gerais nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer no período de 2012 a 2018**: efeitos práticos frente à ausência de uma coordenação intergovernamental na área. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares do Lazer) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LINHALES, Meily Assbú; PEREIRA FILHO, José Ribamar. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer nas políticas públicas. *In*: GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Educação Física / Ciências do Esporte**: intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

LINO, Lillian Lages; DUARTE, Cristiano Parra; ROSA, Karen Susan Silva Pitinga da. Abordagens sintéticas nas análises de políticas públicas em teses e dissertações (2000-

2019). **Revista Desenvolvimento Fronteiras & Cidadania**, v. 6, n. 1, p. 07-30, mai. 2022.

MALINA, André; STAREPRAVO, Fernando Augusto; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone de; FIGUEIREDO, Érika Suruagy Assis de. O estado da arte no referencial teórico dos trabalhos do GTT Políticas Públicas em Esporte e Lazer do CBCE. In: RECHIA, Simone; SILVA, Paula Cristina da Costa; ALMEIDA, Felipe Quintão de; CHAVES-GAMBOA, Márcia Ferreira; GOIS JÚNIOR, Edivaldo; ORTIGARA, Vidalcir; TARTARUGA, Marcus Peikriszwili; PACHECO NETO, Manuel. (Orgs.). **Dilemas e desafios da Pós-Graduação em Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2015.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MAOSKI, Ana Paula Cabral Bonin. **A (des)articulação entre os entes federativos que promovem o esporte de rendimento no Brasil, no Paraná e em Curitiba**. 2016. 446f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MARANI, Vitor Hugo; SANTOS, Luciana Leticia Sperini Rufino; LARA, Larissa Michelle; STAREPRAVO, Fernando Augusto. I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas: análise a partir do modelo dos Múltiplos Fluxos. **Licere**, v. 22, n. 2, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.13579>

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia e Política**, v.16, n.31, p.121-142, nov. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000200010>

MARTINES, Isabel Cristina. **As relações entre as Organizações Não-Governamentais e o Governo do Estado do Paraná no Campo Esportivo**. 2009. 213f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MARTINS, Dilson José de Quadros. **A formulação e a implementação das Políticas Públicas no campo do Esporte no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**. 2004. 267f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. **As perspectivas ideológicas da Política Pública de Esporte e Lazer da cidade de Porto Alegre: um estudo a partir da antropologia histórica**. 2022. 158f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MELO, Marcelo Paula. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje**. 2011. 344f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MENDES, Alessandra. Política Pública de Esporte: considerações sobre gestão, instituições políticas e método de pesquisa no Brasil. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 3, n. 1, Supl., p. 1-19, dez. 2013.

MENDES, Alessandra Dias. **A Política da Política de Esporte**: uma análise da Frente Parlamentar do Esporte e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura. 2017. 260f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MIRANDA, Carlos Fabre. **A Rede Nacional de Treinamento**: os Jogos Olímpicos Rio 2016 e suas promessas de legado. 2020. 150f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

OLIVEIRA, Débora da Silva. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência no Município de Belo Horizonte-MG**: desafios múltiplos para a garantia dos direitos. 2020. 105f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PACHECO, Ariane Corrêa. **Talento Esportivo**: uma etnografia sobre produções de talentos em práticas na Educação Física. 2017. 177f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PACHECO, Cindy Laupe Amaral. **Trajatórias de mobilização de Associações e Fundações sem Fins Lucrativos na implementação de Políticas Públicas de Esporte nos Municípios de Canoas e Porto Alegre**. 2019. 138f. Dissertação (mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RIETH, Fernando Bruno. **Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul**: uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002. 2005. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SILVEIRA, Andrea Luiza Alves. **Associações Esportivas e o Poder Público de Maringá/PR**: uma relação de dependência tutelar? 2016. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, Maringá, 2016.

SILVEIRA, Luis Felipe. **Projetos em Políticas Públicas de Esporte e Lazer**: o apagar das luzes da SME-POA. 2020. 341f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 422f. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; NUNES, Ricardo Sonoda; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Agenda de pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE*, 16.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3. 2009. **Anais...** Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Salvador, 2009.

SOUZA, Carlos Eduardo de. **A Política Nacional de Esporte no Brasil contemporâneo como estratégia para educar o consenso**. 2011. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n.58, p.225-255, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100011>

TOLEDO, Renata Maria. **As políticas públicas e o direito “social” ao esporte**: uma análise a partir do Estado do Paraná (1995-2010). 2014. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VASQUES, Daniel Giordani. **Como manter o 'Jogo Limpo'?** Associações, harmonizações e hibridez na constituição da antidopagem esportiva. 2018. 204f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

WOLF, Eric. Encarando o Poder: velhos *insights* novas questões. *In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf*. Campinas: Editora da Unicamp; Brasília: Editora da UnB, 2003.

#### **Endereço dos Autores:**

Marcelo Rampazzo  
Endereço eletrônico: [rampazzo1842@yahoo.com.br](mailto:rampazzo1842@yahoo.com.br)

Mauro Myskiw  
Endereço eletrônico: [mauro.myskiw@ufrgs.br](mailto:mauro.myskiw@ufrgs.br)